

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.460.512 - RS (2019/0059246-6)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **TIAGO BOECKEL MENDES - RS045296**  
                  **LUCAS BRAGA EICHENBERG - RS048756**  
                  **LUIZA HELENA SCHNEIDER PERSSON E OUTRO(S) -**  
                  **RS090866**  
**AGRAVADO** : **BENEVAR DAISSON DE LIMA MOURA**  
**ADVOGADOS** : **RICARDO MARINELLO DE OLIVEIRA - RS071507**  
                  **TIAGO BRESOLIN VIEIRA - RS094527**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos: Súmula 284/STF (alíneas 'a' e 'c'); Sumulas 5 e 7 do STJ (alíneas 'a' e 'c').

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: Súmula 284/STF (alíneas 'a' e 'c').

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 264) para 16%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta

decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

